

Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

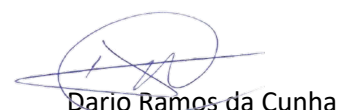
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de agosto de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Sofisa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Relatório da Diretoria

Apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 17 de agosto de 2022.

A Diretoria.

Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.
Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades (Nota 4)	<u>2.102</u>	<u>27</u>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	<u>7.986</u>	<u>30.971</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.986	30.971
Títs.e Valores Mob.e Instr. Financ.Derivativos (Nota 6)	<u>7.120</u>	<u>6.747</u>
Carteira própria	7.120	6.747
Outros Créditos (Nota 7)	<u>24.577</u>	<u>24.081</u>
Créditos tributários	6.296	6.223
Diversos	18.281	17.858
Outros Valores e Bens	<u>77</u>	<u>83</u>
Outros valores e bens	13	13
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(13)	(13)
Despesas antecipadas	77	83
Total do ativo	<u>41.862</u>	<u>61.909</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.
Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Passivo	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos (Nota 18)	-	22.941
Depósitos interfinanceiros	-	22.941
Outras obrigações	16.236	13.870
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	138	124
Provisão para riscos tributários e trabalhistas (Nota 9)	14.091	13.718
Diversas (Nota 10)	2.007	28
Patrimônio líquido (Nota 12)	25.626	25.098
Capital social de domiciliados no país	17.500	17.500
Reservas de lucros	7.627	7.601
Lucros acumulados	499	-
Outros Resultados abrangentes	-	(3)
Total do passivo e patrimônio líquido	41.862	61.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sofisa S.A. - Crédito Financiamento e Investimento.
Demonstrações do Resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receitas da intermediação financeira	1.049	804
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	1.049	804
Despesas da intermediação financeira	(435)	(322)
Operações de captações no mercado (Nota 19)	(435)	(322)
Resultado bruto da intermediação financeira	614	482
Outras receitas/(despesas) operacionais	(36)	(117)
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(86)	(87)
Despesas tributárias (Nota 17)	(32)	(22)
Outras receitas operacionais (Nota 15)	455	129
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(373)	(137)
Resultado operacional	578	365
Resultado não operacional	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	578	365
Imposto de renda e Contribuição social (Nota 11)	(53)	(89)
Provisão de imposto de renda / contribuição social	(129)	(92)
Ativo fiscal diferido	76	3
Resultado líquido do semestre	525	276
Resultado líquido por ação - R\$	0,03	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sofisa S.A. - Crédito Financiamento e Investimento.
Demonstrações do Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado líquido	525	276
Outros resultados abrangentes	6	(13)
Efeito tributário (a)	(3)	5
Resultado Abrangente	<u>528</u>	<u>268</u>

(a) O efeito tributário foi calculado pela alíquota de 25% de IRPJ e 15% de CSLL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sofisa S.A. - Crédito Financiamento e Investimento
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.500	2.975	4.626	(3)	-	25.098
Resultado do semestre	-	-	-	-	525	525
Reserva Legal	-	26	-	-	(26)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	3	-	3
Saldos em 30 de junho de 2022	17.500	3.001	4.626	-	499	25.626
	Capital social	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.500	2.939	3.947	(8)	-	24.378
Resultado do semestre	-	-	-	-	276	276
Reserva Legal	-	14	-	-	(14)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(8)	-	(8)
Saldos em 30 de junho de 2021	17.500	2.953	3.947	(16)	262	24.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sofisa S.A. - Crédito Financiamento e Investimento
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado líquido ajustado	380	295
Resultado líquido do período	525	276
Provisão para impostos diferidos	(76)	(3)
Atualização dos depósitos judiciais (Nota 15)	(442)	(115)
Atualização de passivos contingentes (Nota 16)	373	137
Varição de Ativos e Passivos	1.695	(274)
(Aumento) redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	22.985	(2.222)
(Aumento) redução em Títulos e Valores Mobiliários	(373)	(71)
(Aumento) redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	54	1.881
(Redução) aumento em Depósitos Interfinanceiros	(22.941)	153
(Redução) aumento em Outras Obrigações	2.072	31
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(102)	(46)
AUMENTO (REDUÇÃO) de caixa e equivalentes de caixa	2.075	22
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	27	6
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.102	28
AUMENTO (REDUÇÃO) de Caixa e equivalentes de caixa	2.075	22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado).

1. Contexto operacional

A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“CFI” ou “Instituição”), CNPJ nº 08.257.293/0001-07, com sede na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie. Sendo controlado pelo Banco Sofisa S.A.

Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições do grupo e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração destas demonstrações financeiras observa o disposto na Resolução BCB Nº 2 emitida em 12 de agosto de 2020, passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a CFI, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos:

CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12;
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16;
CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16;
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
CPC 27 – Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16;
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20;
CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.720/19; e
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – Resolução CMN nº 4.748/19.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 17 de agosto de 2022.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados “*pro-rata*” dia.

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério “*pro-rata*” dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

Títulos para negociação – são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A CFI não possui títulos classificados como mantidos até o vencimento.

A CFI não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados de caráter não temporários, serão refletidos no resultado como perdas realizadas imediatamente.

d. Outros Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo ou liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), foi calculada considerando a alíquota de 15%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo) são calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias geradas até 30 de junho de 2021 considerando as alíquotas de 25% IRPJ e 15% CSLL. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, estudos técnicos e análises da Administração em atendimento as Resolução CMN nº 4.842/20. As obrigações fiscais diferidas são calculadas sobre as diferenças temporárias.

Conforme Lei 14.183, para o período de julho a dezembro de 2021, a alíquota de CSLL será de 20%, retornando para 15% a partir de janeiro de 2022.

f. Estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como provisões para riscos e crédito tributário. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações.

g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas nas disposições da Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN, sendo observadas as seguintes regras:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas remotas não são provisionados e ou divulgados;

• As obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. Está representada por processos judiciais, cujo objeto é a sua legalidade ou constitucionalidade.

h. Resultados recorrentes e não recorrentes

Com a emissão da Resolução BCB nº02 de 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil determinou a divulgação de resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução, em seu artigo 34 §4º, define resultado não recorrente como aquele que: I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

i. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações na data dos balanços.

j. Demonstração do fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a CFI utiliza o método indireto.

4. Disponibilidades

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades	2.102	27
Total	2.102	27

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Curto Prazo	5.985	7.683
Longo Prazo	2.001	23.288
Total	7.986	30.971

Composto por R\$ 5.985 com vencimento em 07/2022 e R\$ 2.001 com vencimento em 06/2024.

O indexador utilizado é 100% CDI.

6. Títulos e Valores mobiliários

	<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Valor Curva</u>	<u>Valor Mercado</u>	<u>Valor Curva</u>	<u>Valor Mercado</u>
Disponíveis para venda				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.119	7.120	6.752	6.747
Total	7.119	7.120	6.752	6.747

Os saldos em títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são de longo prazo com vencimento até 03/2024. A marcação ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda está informada na Demonstração de Resultado Abrangente em outros resultados abrangentes. O valor justo geralmente baseia-se em consultas a cotações de preços de mercado através de fontes independentes ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

7. Outros Créditos – Diversos

	30/06/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Créditos tributários (a)	261	6.035	6.296	216	6.007	6.223
Devedores por depósitos em garantias	-	17.774	17.774	-	17.332	17.332
Imposto de renda a compensar /recuperar	-	507	507	-	526	526
Total	261	24.316	24.577	216	23.865	24.081

(a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes de provisão para passivos contingentes, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

a) Movimentações dos créditos tributários:

	Créditos tributários			
	31/12/2021	Realização/ reversão	Constituição	30/06/2022
Prejuízos fiscais	439	(41)	-	398
Base negativa de CSLL	278	(25)	-	253
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	5.485	-	152	5.637
Provisão para perdas com BNDU	5	-	-	5
Outras	10	(12)	5	3
	5.500	(12)	157	5.645
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	6	(6)	-	-
Total das diferenças temporárias	5.506	(18)	157	5.645
Total do crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social	6.223	(84)	157	6.296

a.1) Expectativa de realização dos créditos tributários:

Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Diferenças temporárias		Total	Valor presente*
			Imposto Renda	Contribuição Social		
2022	104	63	18	12	197	173
2023	117	70	17	10	214	189
2024	131	79	17	10	237	210
2025	46	42	-	-	88	78
2026	-	-	3.475	2.085	5.560	4.937
Total	398	254	3.527	2.117	6.296	5.587

*Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

8. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	136	-	136	121	-	121
Impostos e contribuições a recolher	2	-	2	3	-	3
Total	138	-	138	124	-	124

9. Provisão para Riscos Tributários e Trabalhistas

	30/06/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para riscos tributários	-	13.900	13.900	-	13.541	13.541
Provisão para riscos trabalhistas	63	128	191	59	118	177
Total	63	14.028	14.091	59	13.659	13.718

A provisão para riscos tributários constituída refere-se à discussão judicial acerca do conceito de faturamento nos moldes da Lei nº 9.718/1998, aplicável às contribuições sociais PIS/COFINS, no montante atualizado de R\$ 13.900 (R\$ 13.541 em 31 de dezembro de 2021). Por tratar-se de obrigação legal os saldos estão integralmente registrados. Os valores objeto desta discussão foram integralmente depositados (Nota 7). A CFI possui discussão tributária de PIS/ COFINS no montante de R\$ 5.879 (R\$ 5.879 em 31 de dezembro de 2021) classificada como possível.

A provisão para passivos contingentes trabalhistas no montante atualizado de R\$ 191 (R\$ 177 em 31 de dezembro 2021) refere-se a ações trabalhistas movidas contra a CFI por ex-funcionários, pleiteando verbas trabalhistas supostamente não pagas. A CFI não possui discussão trabalhista com expectativa de perda possível.

A CFI não possui discussões de naturezas cíveis com expectativas prováveis e/ou possíveis de perda para o semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	30/06/2022		
	Saldo inicial	Atualização (reversão) da provisão	Saldo Final
Passivos para riscos			
Tributários	13.541	359	13.900
Trabalhistas	177	14	191
Total	13.718	373	14.091

	31/12/2021		
	Saldo inicial	Atualização (reversão) da provisão	Saldo Final
Passivos para riscos			
Tributários	13.275	266	13.541
Trabalhistas	450	(273)	177
Total	13.725	(7)	13.718

10. Outras Obrigações Diversas

	30/06/2022	31/12/2021
	Curto prazo	Curto prazo
Provisão para pagamentos a efetuar	7	28
Valores a liquidar	2.000	-
Total	2.007	28

11. Imposto de Renda e Contribuição social

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	578	365
(-) Juros sobre capital próprio (Nota 22)	-	-
Lucro ajustado antes da tributação	578	365
Alíquota vigente	40%	40%
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(231)	(146)
Adições (Exclusões) Permanentes		
Outros ajustes	178	57
Imposto de renda e contribuição social do semestre	<u>(53)</u>	<u>(89)</u>

12. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2022, está representado por 17.500 (17.500 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, sem valor nominal.

Dividendos

O estatuto social da CFI assegura ao acionista o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei, podendo, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio (JCP).

Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros da CFI é composta por reserva legal e reserva estatutária.

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social da Sofisa S.A.0020CFI, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. A CFI não possui outras reservas de lucros.

13. Transações com Partes Relacionadas

<u>Ativos</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades (Nota 4)	2.102	27
Certificado de depósitos interfinanceiros (Nota 5)	7.986	30.971
<u>Passivos</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos Interfinanceiros (Nota 18)	-	22.941
<u>Receitas</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Rendas de aplicação em depósitos interfinanceiros	682	720
<u>Despesas</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Despesas com depósitos interfinanceiros	(435)	(322)

As operações foram efetuadas com o Banco Sofisa S.A.

14. Outras Despesas Administrativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Processamento de dados	(69)	(62)
Serviços do sistema financeiro	(10)	(10)
Publicação	(5)	(15)
Outras despesas administrativas	<u>(2)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(86)</u>	<u>(87)</u>

15. Outras Receitas Operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Atualizações de depósitos judiciais	442	115
Diversas	<u>13</u>	<u>14</u>
Total	<u>455</u>	<u>129</u>

16. Outras Despesas Operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Atualização de provisão para risco (a)	(373)	(137)
Total	<u>(373)</u>	<u>(137)</u>

(a) Composto por contingência tributária e trabalhista.

17. Despesas Tributárias

Impostos Federais	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Cofins	(25)	(19)
Pis	(4)	(3)
Impostos Municipais	<u>(4)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(32)</u>	<u>(22)</u>

18. Depósitos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos interfinanceiros	-	22.941
Total	<u>-</u>	<u>22.941</u>

O saldo em depósitos interfinanceiros com o Banco Sofisa S.A foi liquidado em 03/2022.

O percentual aplicado nas transações é 100% CDI.

19. Despesas de Operações de Captação no Mercado

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Depósitos interfinanceiros	(435)	(322)
Total	<u>(435)</u>	<u>(322)</u>

20. Gestão de Riscos e Basileia

Os riscos são geridos de forma consolidada e controlados individualmente pelo acionista controlador, o Banco Sofisa. O índice da Basileia também é apurado de forma consolidada, nos termos da regulamentação vigente e em 30 de junho 2022 é de 14,26% (15,33% em 30 de junho de 2021).

21. Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme resolução BCB Nº 2 de 2020 a Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento não apresentou resultado que não está relacionado com sua atividade e não previsto para ocorrer nos exercícios futuros.

William de Almeida
(Contador)

Silvia Scorsato
(Diretora Responsável Área Contábil)

Alexandre Burmaian
(Presidente)